

**Parecer n.º 273/2012**

**Data:** 2012.09.18

**Processo n.º 320/2012**

**Queixa de:** Henrique Fernandes

**Entidade consulente:** Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Centro, IP

## **I - Factos e pedido**

1. Henrique Fernandes solicitou ao Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Centro, IP, *“cópia de todas as comunicações trocadas entre a ARS do Centro e a ULS da Guarda, desde 15 de maio de 2012 até à presente data”*, relacionadas com participação que formalizou junto da Inspeção Geral das Atividades em Saúde, relativa a funcionário, que identifica.
2. Na falta de resposta apresentou queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), referindo que *“os elementos requeridos se destinam a constituir prova em sede de processo de natureza criminal no qual [é] participante”*.
3. Convidada a pronunciar-se a entidade requerida informou que não respondeu ao solicitado *“porque considerou que o processo ainda estava em desenvolvimento. Com efeito, na sequência das várias queixas/exposições apresentadas pelo clínico em apreço, relativamente àquela e outras situações, o Conselho Diretivo deste instituto promoveu as diligências tidas por pertinentes e adequadas, as quais não passaram só pela troca de correspondência. E porque ainda se encontravam a decorrer procedimentos, foi entendido não ser oportuno o envio de qualquer documentação.*

*Até porque a própria Inspeção Geral das Atividades em Saúde (IGAS) se encontra a acompanhar a situação identificada no referido requerimento e, se o considerasse pertinente, solicitaria os elementos diretamente a esta ARS.*

*Salienta-se, ainda, e como a própria CADA refere, “como qualquer direito subjectivo, o direito de acesso aos documentos administrativos deve ser exercido de forma não abusiva.” e “o pedido ultrapassa, assim, os limites impostos pela boa-fé e pelo fim social ou económico de um direito que lhe assiste, mas que, com este fim, não lhe cabe exercer”*

*Refira-se, por último, que o requerente faz chegar a esta ARS, com periodicidade semanal, para os efeitos tidos por convenientes, cópia de requerimentos que endereçou a outras instituições”.*

4. Contactada telefonicamente pela CADA a entidade requerida informou que estava em causa o acesso a correspondência (pouca) e que a mesma não integra qualquer procedimento, tendo antes dado lugar a um conjunto de contactos, verbais, entre várias entidades (designados na resposta dada à CADA como *“procedimentos”*).

Mais referiu que a correspondência em causa não integra o procedimento que corre termos junto da IGAS e que dele não consta qualquer informação suscetível de ser considerada reservada.

## II - Apreciação jurídica

1. A entidade requerida está sujeita à Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), alínea c), n.º 1, artigo 4.º.

Serão deste diploma legal os preceitos normativos doravante mencionados sem qualquer outra referência.

2. O regime geral de acesso aos documentos administrativos consta do artigo 5.º nos termos do qual “[t]odos, *sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.*”

A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome, artigo 3.º, n.º 1, alínea a).

Como refere o Acórdão n.º 0758/11 do Supremo Tribunal Administrativo, de 31 de agosto de 2011, “[p]ara que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos da alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”.

Nestes termos, o acesso àquele tipo de documentos é livre e generalizado, sem que haja necessidade de apresentar qualquer justificação ou fundamentação.

O artigo 6.º identifica algumas restrições ao direito de livre acesso:

- Quando se trate de documentos nominativos (n.º 5);
- Quando contenham segredos de empresa (n.º 6);
- Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.º s 1, 2, 3, e 4).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cfr. J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra, 2005, p. 430.

3. São de classificar como documentos nominativos, por exemplo, os que revelem informação de saúde, da vida sexual, de convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais.

Os documentos nominativos são comunicados, mediante requerimento, ao titular da informação neles vertida.

Um terceiro só tem direito de acesso a documentos nominativos se estiver munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou demonstrar interesse direto, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade (artigo 6.º, n.º 5).

Os documentos sujeitos a restrições de acesso “*são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada*” (artigo 6.º, n.º 7).

4. Está em causa o acesso a correspondência trocada entre entidades públicas.

Conforme foi possível apurar junto da entidade requerida, essa correspondência, embora tenha dado origem a contactos entre várias entidades, não integra qualquer procedimento; e da mesma não consta qualquer informação reservada.

Estando em causa documento administrativos não nominativos, o acesso aos mesmos é generalizado e livre.

Quem a eles pretenda aceder não tem que justificar ou fundamentar o pedido.

5. Nos termos do artigo 14.º, n.º 3, “[a] *Administração não está obrigada a satisfazer pedidos que, face ao seu carácter repetitivo e sistemático ou ao número de documentos requeridos, sejam manifestamente abusivos*”

Ao processo não foram juntas informações que permitam considerar como “*manifestamente abusivo*”<sup>2</sup> o pedido que está na origem da queixa apresentada.

### III - Conclusão

Face ao exposto, deve a entidade requerida facultar o acesso à correspondência solicitada.

Comunique-se.

Lisboa, 18 de setembro de 2012

Antero Rôlo (Relator) - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Renato Gonçalves - Artur Trindade - João Perry da Câmara - António José Pimpão (Presidente)

---

<sup>2</sup> Sobre esta matéria cfr. o Parecer da CADA n.º 310/2009, disponível em [www.cada.pt](http://www.cada.pt).